



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SEGUNDA CÂMARA**

Processo nº. : 10725.002242/99-66
Recurso nº. : 127.974
Matéria : IRPF - EXS.: 1997 a 2001
Recorrente : VANDA PASSOS PERES
Recorrida : DRJ em FORTALEZA - CE
Sessão de : 19 DE ABRIL DE 2002
Acórdão nº. : 102-45.496

IRPF - PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL – RECURSO PEREMPTO – Não se conhece de recurso quando interposto em desrespeito ao prazo de 30 (trinta) dias, previsto em lei.

Recurso não conhecido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por VANDA PASSOS PERES.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NÃO CONHECER do recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.


ANTONIO DE FREITAS DUTRA
PRESIDENTE


LUIZ FERNANDO OLIVEIRA DE MORAES
RELATOR

FORMALIZADO EM: 23 MAI 2002

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros AMAURY MACIEL, VALMIR SANDRI, NAURY FRAGOSO TANAKA, CÉSAR BENEDITO SANTA RITA PITANGA, MARIA BEATRIZ ANDRADE DE CARVALHO e MARIA GORETTI DE BULHÕES CARVALHO.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SEGUNDA CÂMARA**

Processo nº. : 10725.002242/99-66
Acórdão nº. : 102-45.496
Recurso nº. : 127.974
Recorrente : VANDA PASSOS PERES

RELATÓRIO

VANDA PASSOS PERES, já qualificada nos autos, pretende recorrer a este Conselho da decisão que manteve o lançamento fiscal indeferiu o pedido de restituição de indébito. Intimada em 25.07.2001, somente em 06.09.2001 protocolizou petição dirigida a esta instância.

É o Relatório.

A handwritten signature in blue ink, appearing to be the initials 'LP' or similar, written over a faint horizontal line.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SEGUNDA CÂMARA**

Processo nº. : 10725.002242/99-66
Acórdão nº. : 102-45.496

V O T O

Conselheiro LUIZ FERNANDO OLIVEIRA DE MORAES, Relator

O recurso é intempestivo. Como vimos no relatório, o sujeito passivo excedeu o prazo de 30 (trinta) dias previsto no art. 834 do RIR/99.

Tais as razões, presente a perempção, não conheço do recurso.

Sala das Sessões - DF, em 19 de abril de 2002.


LUIZ FERNANDO OLIVEIRA DE MORAES